

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

Pobreza, Desigualdade e Trabalho no Capitalismo Global [Poverty, inequality and labor in global capitalism]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Dupas, Gilberto
Publisher	Fundación Friedrich Ebert (FES)
Rights	Creative Commons Copyright (CC 2.5)
Download date	2026-07-02 21:13:49
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/218105

Pobreza, Desigualdade e Trabalho no Capitalismo Global

GILBERTO DUPAS

Desigualdade e pobreza não podem ser separadas da ordem mundial que as produz. A partir dos anos 1980, a incorporação das tecnologias da informação ao sistema produtivo global gerou uma espécie de “economia do conhecimento”, redefinindo as categorias trabalho, valor e capital. De um lado, o trabalho passou a conter um componente de saber de importância crescente, revalorizado pela informatização. De outro, contraditoriamente, essa economia do conhecimento atribui a esses fatores tanto mais importância quanto mais barato puder ser o custo desse trabalho; e agregase o crescente peso da utilização de mão-de-obra muito precária e pessimamente remunerada, incluindo flexibilidade e informalidade. Em cada época da história do capitalismo certas grandes corporações assumiram o caráter prototípico – como Ford, General Motors e depois a Microsoft o foram, respectivamente, em meados e no final do século passado – e passaram a ser imitadas como paradigma. Agora é a vez do Wal-Mart.

Gilberto Dupas: é coordenador-geral do Grupo de Conjuntura Internacional da Universidade de São Paulo (USP) e presidente do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI). É co-editor da revista *Política Externa* e autor de vários livros - entre os quais *Tensões Contemporâneas entre o Público e o Privado* (Paz e Terra, São Paulo, 2003)..

Palavras-chave: globalização, trabalho, capital, pobreza, desigualdade, América Latina.

■ Introdução

Desigualdade e pobreza não podem ser separadas da ordem mundial que as produz. A globalização neoliberal capitalista transformou-se no regime econômico único, agora tendo a China como um de seus sócios principais. As consequências sociais desse processo, consolidado a partir do pós-guerra e tornado avassalador com as tecnologias da informação e o colapso do regime soviético, necessitam de um exame mais profundo sobre a própria lógica capitalista.

A diáspora calvinista em direção ao continente americano, em meados do século XVII, foi o caldo de cultura que fez florescer em plenitude o espírito capitalista, transformando-o num vitorioso fenômeno de massa que deu origem a um sistema econômico dominante. Esse sistema encontrou sempre à mão uma permanente abundância de uma das suas condições de vitalidade: a existência de um excedente populacional que ele possa utilizar a preço baixo. Durante o século passado, um longo ciclo virtuoso de crescimento econômico consolidou-se baseado no fordismo/taylorismo como processo de produção, apoiado pelo investimento e intervenção seletivos do Estado - incluindo a criação de ampla rede de benefícios sociais - e, com isso, realimentando o círculo virtuoso que pressupunha a continuidade do consumo. Esses eram os argumentos centrais de Keynes, além da idéia de que o Estado funcionaria contraciclicamente, estimulando a demanda quando as crises surgissem. A social-democracia e o *Welfare State* seriam, nesse contexto, as manifestações da racionalidade capitalista que conduziriam ao progresso. E Schumpeter adicionou a evolução tecnológica como o motor indutor de um permanente impulso para frente. Segundo ele, simultaneamente, as tecnologias estabelecem uma força de “destruição criativa” na economia capitalista, cada nova tecnologia adicionando valor e destruindo o valor das anteriores. A acumulação seria a consequência desse processo destruidor e criativo, que garantiria o constante crescimento. O papel da ciência nessa dinâmica capitalista seria de promover um permanente estado de inovação, sucateando e substituindo produtos e criando novos hábitos de consumo.

No entanto, o caminho bem sucedido do pós-guerra começou a apresentar limites já na década de 1960. A geração incessante de uma sobrecapacidade industrial, combinada à crescente concorrência internacional dos produtos alemães e japoneses, contribuiu para a crise na economia mundial nos anos 70. Para André Gorz, a natureza dessa crise estrutural resultou de diferentes motivos, em especial do significativo investimento em tecnologia visando economias de escala, que geraram perdas de lucratividade por um ininterrupto aumento da capacidade produtiva sem contrapartida na demanda. A ciência havia cumprido seu papel, mas sua eficácia teria conduzido ao impasse. O setor empresarial passou a buscar opções alternativas para seus investimentos, encontrando-as num primeiro momento no setor financeiro, na expansão do mercado de eurodólares e na demanda de crédito pelos países em desenvolvimento, criando novos canais de transmissão da riqueza gerada no setor produtivo para o mercado financeiro. Era a realização da alternância dos ciclos Mercadoria-Dinheiro-Mercado (MDM') e Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro (DMD'). De um modo geral, o resultado foi menos investimento na produção, mais transferência

de recursos para o setor financeiro, taxas de crescimento reais medíocres, aumento do desemprego, procura de proteção sob o guarda-chuva do Estado de bem-estar social, aumento de despesas públicas, desequilíbrios nos balanços de pagamento, emissão de moeda e surto inflacionário; que, por sua vez, gerou aumento da dívida pública, levando a uma combinação de estagnação com inflação. O consenso keynesiano-fordista chegava ao fim. Esse cenário gerou a necessidade de uma nova e ampla estratégia. Seu fundamento ideológico surgiu em torno do ideário neoliberal. A raiz de todos os males estaria no intervencionismo estatal no pós-guerra e nos excessos de *welfare*. A solução estaria na substituição dos Estados pelos mercados como agentes organizadores da vida social em nível mundial. O capitalismo racional regulado seria substituído com vantagens por um capitalismo irracional desregulado construído sobre o mito do mercado auto-regulador.

Essa combinação de consenso neoliberal, livre fluxo de capitais e reestruturação produtiva com novas tecnologias – facilitada pela providencial derrocada do império soviético - foi o que permitiu a efetiva globalização, a partir da qual ocorreria a emergência das novas estruturas econômicas e políticas domésticas e internacionais, definindo a nova lógica de expansão do sistema capitalista a partir dos anos 1980. A incorporação das tecnologias da informação ao sistema produtivo global gerou uma espécie de “economia do conhecimento”, redefinindo as categorias trabalho, valor e capital. De um lado, o trabalho passou a conter um componente de saber de importância crescente, revalorizado pela informatização. De outro, contraditoriamente, essa economia do conhecimento atribui a esses fatores tanto mais importância quanto mais barato puder ser o custo desse trabalho; e agrega-se o crescente peso da utilização de mão-de-obra muito precária e pessimamente remunerada, incluindo flexibilidade e informalidade, especialmente quando é mantida nos seus países de origem de modo a não demandar qualquer custo social como imigrante. Os custos de mão-de-obra passam a ser vistos como essencialmente variáveis. Ou seja, o capital só quer pagar estritamente a quantidade de trabalho que usa. Cabe ao “micromini empresário” da força de trabalho providenciar seu próprio transporte, refeição, aperfeiçoamento, plano de saúde etc. Trata-se de uma espécie de auto-exploração via terceirizações e quarterizações. O conhecimento multiplica-se quase sem custos na forma de *software* utilizado ilimitadamente em máquinas de padrão universal. A massificação do conhecimento tornou-o um bem comum acessível a todos. Para ter bom valor como mercadoria, o conhecimento deveria tornar-se escasso. No entanto, agora padronizado e socializado pela tecnologia da informação – e transformado em mera “técnica” – ele deprecia continuamente seu valor. Um excelente exemplo é a queda de remuneração real de várias categorias como operadores de computador e de *telemarketing*.

Por outro lado, a pesquisa tecnológica privada tem como ideal permitir à empresa que a realiza um monopólio – ainda que temporário – do novo conhecimento que lhe proporcione um rendimento exclusivo. *Marketing* e propaganda criam *objetos e serviços de desejo*, manipulando valores simbólicos, estéticos e sociais, dentro do modelo schumpeteriano de “destruição criativa”, tornando obsoletos o mais rapidamente possível os produtos existentes. É o caso típico atual dos computadores, das telas de plasma e dos celulares. Para que a engrenagem da acumulação funcione, em vez da maior prosperidade geral assiste-se a um sucateamento contínuo de produtos em escala global, gerando imenso desperdício de matérias-primas e recursos naturais ao custo imenso de degradação contínua do meio-ambiente e de escassez de energia. É a opção privilegiada e inexorável pela acumulação de capital, em detrimento do bem-estar social amplo. O humano e seus “desejos” se transformam em material de manipulação em busca de lucro.

A questão central é que lutar contra esse sistema, que bem ou mal mantém a máquina econômica em movimento, é atacar os próprios princípios do capitalismo num momento em que nenhum outro modelo – ainda que sob a forma de utopia – aparece no horizonte como alternativa real. As dissidências surgem como operações de ataque do sistema a partir de dentro dele próprio, como o foram os movimentos para *software* livre e até os *hackers*, uma espécie de dissidentes do capitalismo digital. Mas eles são apenas pequenos ruídos, que não interferem na melodia final.

■ Nova Lógica Global, Renda e Sua Distribuição

As idéias neoliberais começaram a germinar a partir do New Deal dos anos 1930, alcançando seu auge à época dos movimentos pelos direitos civis no início da década de 1970. Para Jan Nederveen Pieterse, o neoliberalismo significou a confluência das idéias da Escola de Chicago com as políticas de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Numa etapa seguinte, ele evoluiu – especialmente no caso da América Latina – para o *Consenso de Washington* e para a ortodoxia econômica guiada pelo FMI e o Banco Mundial a partir dos anos 1990. Milton Friedman passou, então, a significar uma das suas vozes mais influentes. Em sua opinião, o Estado precisa ser forte onde é necessário, mas deve ser muito limitado. Ele deve dar conta de: defesa nacional; Poder Judiciário, mediar disputas entre as pessoas; e garantir a propriedade privada. Tudo o mais o mercado dá conta; ou seja, o Estado serve melhor à economia enquanto trabalha pela estabilidade monetária e fiscal, e age de maneira previsível, sem tentar se envolver em mudanças programadas por políticas. Esse neoliberalismo, anuancado

aqui e acolá, transformou-se na política global e hegemônica nas instituições multilaterais. Friedman fez par com Hayek, ambos se constituindo em importantes teóricos do neoliberalismo real dos EUA. Mas foi a partir dos anos 1980 que se sistematizou a implantação do modelo de baixos salários e baixos impostos a partir das condições vigorantes no Sul do país. As grandes corporações norte-americanas garantiram sua eficácia transferindo várias atividades industriais para áreas de salário reduzido no sul americano, deprimidos pelo “efeito México”; ou seja, a pressão dos imigrantes mexicanos, notadamente os clandestinos. A utilização de salários baixos – seja no sul, no México ou na China – mais a engenharia financeira de Wall-Street garantiram condições de acumulação muito diferentes daquelas das bases capitalistas que haviam feito o sucesso dos EUA. O modelo sulista foi a saída para a crise dos anos 70 e o fundamento da “revolução Reagan”. Suas reformas atacaram a proteção do trabalho, os direitos civis, o meio-ambiente e os serviços públicos.

Em cada época da história do capitalismo certas grandes corporações assumiram o caráter prototípico – como Ford, General Motors e depois a Microsoft o foram, respectivamente, em meados e no final do século passado – e passaram a ser imitadas como paradigma. Agora é a vez do Wal-Mart. Ele é um exemplo que já virou clássico da condição do trabalho na nova lógica global, transformando-se no símbolo da cultura capitalista da virada deste século. Ao contrário de Ford e General Motors, que ajudaram a construir a classe média americana pagando salários acima da média e oferecendo planos generosos de aposentadoria e saúde, os empregados do Wal-Mart nos Estados Unidos ganham, em média, 19 mil dólares anuais, valor muito próximo da linha de pobreza naquele país; e a empresa já foi várias vezes acusada de permitir a utilização de trabalhadores clandestinos para baratear a manutenção de suas lojas. Faturando quase 300 bilhões de dólares anuais, ela atende mais de 100 milhões de consumidores por semana. O poder de compra do imenso grupo varejista é tão grande que ele substitui o fabricante na definição do que o consumidor quer comprar; e impõe condições tão duras aos fornecedores que, em muitos casos, só a China pode atender. Suas quase 5 mil lojas vendem quase 20 bilhões de dólares de produtos chineses por ano, provocando a ira de alguns produtores e dos trabalhadores norte-americanos que perdem seus empregos.

Durante a administração Bill Clinton, a WTO havia se transformado em esquema fundamental da lógica neoliberal. A idéia central era – e ainda é – que uma ampla abertura comercial representaria uma espécie de redenção dos países pobres. É claro que, aqui e ali, uma ou outra derrubada de barreira agrícola pode ser importante para vários países da periferia. No entanto, a abertura – pregada de forma unilateral para

os pobres - obviamente, beneficia os mais competitivos e aqueles que adicionam mais valor às suas exportações; ou seja, os países ricos. Já W. Bush – para Pieterse um sulista texano conservador eleito presidente graças à super-representação rural no colégio eleitoral – adicionou um conteúdo novo ao capitalismo, uma forma mais agressiva do sulismo, alimentada pela riqueza do petróleo. Ela combina exoticamente um protestantismo fundamentalista e um militarismo ao estilo sulista, com uma abordagem econômica que favorece *commodities* elementares como algodão e petróleo em meio a manufaturas *high-tech*. Um dos resultados dessas medidas e do *downsizing* foi uma baixa-moral nos empregados e crescimento da desigualdade de renda. Os EUA perderam competitividade em vários setores, mas a economia pôde continuar em forte crescimento pela combinação de expansão com déficit público e recursos de fora para compensar o gigantesco déficit externo. Esse déficit foi causado principalmente pelas grandes corporações norte-americanas, que vão buscar sua competitividade produzindo com os baixos salários dos grandes países pobres, especialmente a China.

O fato é que o vácuo teórico e a incapacidade de gestão dos Estados nacionais, fenômenos que se seguiram à crise pós-keynesiana, abriram espaço para os ardorosos defensores do *Estado mínimo*; a redução de suas dimensões foi apresentada como fundamental para resolver os problemas de um setor público estrangulado por suas dívidas. E pregou-se a flexibilização do mercado de trabalho como condição importante para o enfrentamento do desemprego. Durante as duas últimas décadas do século passado, retóricas neoliberais definiram as normas de ação das economias de grande parte dos países em desenvolvimento inseridos na nova ordem global, prometendo um inexorável avanço econômico e social. Como regra geral, a consequência desse processo - para além do fim dos processos crônicos de inflação - foi uma sucessão de crises que afetou grande parte dessas nações nos anos 1980 e 1990, provocando um aumento significativo da exclusão e acarretando a marginalização de grupos sociais antes integrados ao padrão de desenvolvimento. As exceções mais importantes a essa regra foram China, Índia, Coréia do Sul e Chile.

Tentando justificar alguns dos fracassos resultantes da aplicação de suas políticas, as instituições internacionais tentam provar que a miséria diminuiu por conta dos processos de liberalização e privatização por eles defendidos. Em meio ao caos metodológico, e tentando padronizar critérios, criou-se um novo padrão: pessoas vivendo com menos de um dólar por dia são ditas miseráveis; e com menos de dois dólares por dia são classificadas como pobres. As conclusões do dogmático Banco

Mundial foram taxativas: a pobreza teria se reduzido no mundo de 1987 a 2001, coincidentemente o período em que a abertura global fez-se regra. O número de pobres teria caído de 60% para 53% da população; quanto ao percentual de miseráveis, ter-se-ia reduzido de 28% para 21%. Para além da brutalidade dos percentuais absolutos em si, absolutamente incompatíveis com os padrões civilizacionais e avanços tecnológicos disponíveis - especialmente quando encontramos regiões imensas como o sul da Ásia e a África subsaariana com mais de 76% de pobres, tendo essa última 47% de miseráveis - essa afirmação pode ser parcialmente enganosa. Elas só valem se foram considerados China e Índia, que passam por uma fase notável, crescendo a altas taxas há mais de dez anos. Mas é obvio, especialmente no caso da China, que isso pouco tem a ver com a modelagem padrão sugerida pelo FMI e pelo Banco Mundial. Pelo contrário, os chineses deram ao mundo um exemplo claro de estratégia bem sucedida na contramão do discurso dominante; conseguiram integrar-se à lógica global e atrair uma quantidade enorme de investimentos estrangeiros apesar da predominância das consideradas “políticas ruins” (câmbio, proteção, pirataria, etc.) e “instituições precárias” (falta de democracia, não primazia do direito, etc.). Pois bem, retirando-se da amostra a China, no período 1981-2004 o número de miseráveis no resto do mundo mantém-se estável; e o número de pobres cresce 33%.

Quanto à distribuição da renda, Pieterse mostra que, quando o primeiro grande salto na desigualdade humana apareceu, durante a Revolução Industrial, as diferenças não eram ainda tão grandes. Atualmente, o 1% dos mais ricos tem um volume de renda igual aos 57% mais pobres. O crescimento do fosso de renda entre os 20% do mundo vivendo em países ricos e os 20% vivendo nos mais pobres, segundo estimativas da PNUD, é fortemente crescente. É também curioso notar que se pesquisa mais sobre pobreza que sobre desigualdade. Por que? Basicamente porque o ponto de vista liberal clássico acha que desigualdade de renda pode ser aceitável se há “igualdade de oportunidades”. E por que se pesquisa renda e não riqueza? Lembremos que renda é fluxo, e riqueza é estoque; a riqueza se acumula, ao passo que só a renda poupada o faz. Dado que os mais pobres poupam muito menos e não estão passíveis dos efeitos acumuladores das rendas auferidas pelas operações financeiras sofisticadas à disposição dos que têm estoque de riqueza, é de se supor que a concentração de riqueza tenha sido ainda maior no capitalismo global que a de renda. Nessa matéria, entretanto, a escuridão é total nas estatísticas internacionais. Apenas os grandes bancos privados internacionais têm algumas dessas informações nas suas carteiras *private*, mas as conservam em adequado sigilo.

Outro fato curioso é a evolução da desigualdade de renda dentro dos países. Ela é maior dentro dos EUA e do Reino Unido do que dentro da Índia. A renda *per capita* dos 20% mais pobres americanos é menor que um quarto da renda média *per capita* do país; no Japão, é quase metade. No período 1977-1990, o coeficiente Gini da distribuição da renda familiar no Reino Unido cresceu de 23 para 33%. Ou seja, a desigualdade prosperou enquanto avançava o livre-comércio. No período dourado do capitalismo (1950-1973) um crescimento médio de 5% garantia decréscimo de desigualdade entre e dentro dos países. Isso parece ter acabado. O crescimento da desigualdade de renda dentro dos países também ocorreu durante o milagre asiático, especialmente nos últimos quinze anos, na China, em Hong-Kong, na Malásia e na Tailândia. A crescente dispersão salarial nos países da OCDE é atribuída à crescente competição dos países de baixos salários.

Na América Latina, as políticas neoliberais coincidiram com uma forte deterioração das condições sociais. O número de homicídios cresceu 40% durante a década de 1990, atingindo um índice seis vezes maior que o observado nos países da Europa ocidental (Banco Mundial, 2004). Este aumento contínuo tornou a região a segunda do mundo em criminalidade, somente atrás da África subsaariana. Na classificação geral mundial, três países latino-americanos ocupam posição entre os quatro mais violentos: Colômbia é o líder mundial (68 homicídios por 100 mil habitantes); em seguida vem El Salvador, com trinta; Rússia e Brasil têm, respectivamente, 28 e 27. Ao mesmo tempo, cristaliza-se a unanimidade entre as organizações internacionais de que a América Latina é a região mais desigual do globo. A desigualdade de renda tem avançado em setores importantes da vida dos cidadãos, tais como a dificuldade no acesso ao consumo, ao crédito, à educação, à saúde e à inclusão digital, entre outras. Assim, essa crescente espiral de miserabilidade possui impactos regressivos no desenvolvimento social que realimentam altas taxas de desigualdade. Por sua vez, as altas taxas de desigualdade afetam toda a sociedade, ao reduzir a possibilidade de poupança nacional e o mercado doméstico, impossibilitando a produção em escala e contribuindo para a geração de intensas iniquidades que têm efeitos perversos sobre a governabilidade democrática, o clima de confiança interpessoal e o capital social. Na América Latina, a população abaixo da linha de pobreza cresceu de 41% do total em 1980 (136 milhões de pessoas) para 44% em 2003 (237 milhões), o que significou um acréscimo absoluto de 100 milhões de pobres na região. Esse contexto de “nova pobreza” tem criado uma onda de migração – até mesmo dos indivíduos da classe média – sem precedentes nos países latino-americanos. A questão da imigração está se tornando, na agenda continental, um problema de graves proporções, caso não seja

enfrentado o mais breve possível. O conceito de cidadania também se diluiu e fragmentou, permitindo a proliferação de identidades coletivas particulares, parciais e truncadas. Enquanto isso, os Estados nacionais – forçados a orçamentos cada vez mais limitados em função de imposições de políticas monetárias e equilíbrios fiscais muito rígidos e restringidos em sua capacidade de operar seus principais instrumentos de política pública - mostraram-se progressivamente incompetentes para lidar com os efeitos perversos da globalização, especialmente com o aumento da exclusão. Simultaneamente, a revolução nas tecnologias da informação e da comunicação elevava incessantemente as aspirações de consumo de grande parte da população, aumentando a tensão social.

Em geral, a dificuldade maior desses países esteve em definir estratégias que permitissem a eles obter vantagens da inevitável inserção global que se contrapusessem aos seus efeitos perversos. Afinal, nas lógicas da economia global e da fragmentação das cadeias produtivas, a adição de valor local é a única maneira de manter renda e emprego de qualidade dentro das fronteiras nacionais, o que depende fortemente de políticas públicas capazes de induzir competitividade e desenvolvimento tecnológico local. Na ausência dessas condições, acentuou-se a descrença na possibilidade de ascensão social e na melhora da situação pessoal e familiar por meio do trabalho, agravada pela redução progressiva da classe média, aumentando a estratificação social. Por outro lado, ampliou-se a sensação generalizada de insegurança nas sociedades.

Já que a economia não deu conta de incluir os amplos segmentos marginalizados da população no mercado de consumo, coube aos processos políticos do final do século abrigar etnias e grupos sociais excluídos, com o surgimento de novas lideranças carismáticas que lhes renovaram a esperança. A grande questão é saber se as políticas de base popular serão instrumentos eficazes de ascensão social e econômica desses grupos ou se novo impasse surgirá.

As promessas que embalam o triunfo eleitoral dessas elites políticas emergentes são dirigidas para aqueles grupos da sociedade que, historicamente, não têm acesso nem aos direitos sociais e econômicos básicos nem as estruturas do aparelho de Estado. Eles são, em sua maioria, os perdedores da mudança econômica neoliberal que aceitam bem um novo estilo *anti-establishment* com uma ideologia eclética e a uso sistemático de métodos redistributivos de renda, ainda que em geral assistencialistas. É evidente que esse processo redistributivo foi facilitado pelo enorme aquecimento do mercado global de commodities a partir do início deste século, trazendo a vários países da América Latina uma importante mudança no perfil de sua dívida externa,

na formação de reservas internacionais e na sua dinâmica de crescimento econômico. Afinal, as principais commodities metálicas (níquel, cobre, alumínio, ferro e zinco) terão um acréscimo médio nos preços de cerca de 200% no período 2001- 2007, as energéticas (gás, petróleo e carvão) de 100% e as agrícolas (milho, soja, açúcar e café) de 50%. Com isso Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Peru e Venezuela conseguiram um crescimento superior a 100% em suas exportações em 2001-2005, sendo que as reservas internacionais de Argentina, Brasil e Venezuela cresceram cerca de 150% no período 2001-2006, e de México e Peru da ordem de 60%. No entanto, além dessa realidade provocar fortes apreciações nas moedas locais, impactando a competitividade externa desses países, o *boom* da demanda mundial de matérias-primas e a fase positiva da economia global não durará para sempre.

■ A última Fronteira de Acumulação: o Mercado da Pobreza

Conforme pesquisa recente feita em 19 países pela consultoria norte-americana RightSaadFellipelli, as profundas alterações acarretadas no mercado de trabalho mundial pelas lógicas globais de produção das últimas décadas parecem estar tendendo a reduzir o nível médio dos salários reais até mesmo em diretorias intermediárias, gerências superiores e pessoal especializado das corporações. As exceções ficam por conta dos supersalários dos CEOs e membros da alta administração, fartamente remunerados em pacotes milionários que incluem participação em lucros e valorizações acionárias. Mas é nos níveis inferiores do mercado de trabalho que essa redução se manifesta mais radicalmente, para além da forte tendência de flexibilização e das terceirizações. Por essa razão, a manutenção das taxas de crescimento da demanda global dependem progressivamente da enorme massa de renda dos mais pobres, que precisam ser convencidos a consumir cada vez mais. Esse fenômeno já se faz sentir claramente nas grandes redes de varejo, que precisam se aproximar das largas e crescentes bases da pirâmide de renda da sociedade. O mercado da pobreza é, pois, o novo alvo que o capitalismo global deve visar para manter sua taxa de acumulação, já que as rendas médias estão caindo por restrições do mercado de trabalho que o próprio sistema acarreta. É por isso que os supermercados superbarateiros estão transformando o cenário do varejo no mundo. A Save-A-Lot já é uma das redes de supermercado de maior sucesso nos EUA por atender aos pobres, um mercado que muitos ignoravam. Seu alvo é caminhar para a base da pirâmide de renda dos EUA, visando famílias com renda média inferior a 35 mil dólares por ano. Enquanto as cadeias tradicionais oferecem sessenta sabores de marcas de mostarda, ela vende apenas duas de marca própria: a amarela e a escura,

de um só tamanho. Com isso mantém preços baixos e tem aumentado seu lucro operacional em 15% ao ano. A rede já possui 1.300 lojas em 39 Estados norte-americanos. Na Alemanha, a Aldi Group usa a mesma estratégia, já possuindo também centenas de lojas nos EUA. O mesmo fenômeno ocorre com intensidade e ainda maior razão na América Latina: o comércio bem sucedido é o que chega aos pobres.

Torna-se claro, nessas circunstâncias, que o futuro do consumo está nos atuais jovens das classes C, D e E. No Brasil – cuja população de jovens era de 80 milhões em 2005, mais de 70% deles já tinham um celular. Detendo, de um lado, a maior concentração de renda e uma das maiores populações de jovens pobres do globo, esse país tem um dos maiores coeficientes de penetração mundial de telefones celulares. O jovem pobre sem um telefone celular, ainda que pré-pago, é induzido pela propaganda maciça e global a sentir-se mais ainda um paria, um infeliz, um *out-group*. Para compreender esse processo basta observar a intensidade e o conteúdo da imensa campanha publicitária vendendo o produto, uma das que mais ocupam espaço na mídia global. A percepção da importância do mercado dos pobres avança célere entre as grandes corporações globais. A Nestlé anunciou estar se estruturando para vender seus produtos para as classes D e E. O presidente da empresa no Brasil diz que “o cliente de baixa renda raramente sai para fazer suas compras fora da comunidade porque não pode gastar com a passagem de ônibus. Então precisamos arrumar um jeito dele ser atendido onde mora”. Também a Dupont mundial está procurando o cliente de baixa renda. “Queremos os 4 bilhões que estão na base da pirâmide”, diz o presidente da Dupont-América Latina. Stuart Hart, autor de *Capitalism at the Crossroads* e um dos famosos consultores mundiais de corporações afirma que, sem incluir os bilhões de pobres que vivem com até 1,5 mil dólares por ano, não haverá futuro nem para o capitalismo nem para as empresas globais.

Um bom exemplo é a maneira como se está incorporando atualmente não mais os pobres, mas os miseráveis de regiões africanas, ao mercado de telefonia celular. Há dezenas de milhões de assinantes desse serviço no continente africano. No árido topo de uma montanha na África, apanhar água no rio pode levar até quatro horas. A iluminação é a luz das velas e para cozinhar muitas vezes ainda se faz uma fogueira. Mas Bekowe Skhakhane, de 36 anos, foi convencida pela propaganda que precisa ter a possibilidade de falar com seu marido, que trabalha numa siderúrgica de Joanesburgo, utilizando um telefone celular. Muito pobre, ela gasta 1,9 dólar por mês para comprar cinco minutos de crédito, incorporados à sua lista de compras. Como a grande maioria dos africanos vive com menos de dois dólares por dia, as operadoras só conseguem vender quotas irrisórias, convencendo o miserável local que ele

também tem o direito ao progresso. Mas como carregar as baterias, sem eletricidade? Existem carregadores movidos a pedal de bicicleta, mas isso exigiria ter uma bicicleta, propriedade rara na África rural. A solução é utilizar baterias de automóvel carregadas em postos de gasolina por indivíduos que se locomovem de ônibus; cobra-se 0,80 centavos de dólar para carregar um celular. Por essas e outras, o capitalismo global mostra mais uma vez sua imensa capacidade de adaptação. E consegue explorar aquela que talvez seja sua última fronteira de acumulação: dela faz parte tornar telefones celulares objetos de desejo irrefreável e vendê-los em massa para os miseráveis do mundo. Eles comerão ainda pior, mas estarão ligados ao mundo em tempo real.

■ O Trabalho em Crise Estrutural

Como pretendemos deixar claro nesse ensaio, o pujante e vencedor capitalismo global tem seu calcanhar de Aquiles na má qualidade e na pouca quantidade dos empregos que gera. O trabalho remunerado fixo, atividade essencial ao engajamento econômico e social do ser humano na sociedade, está em crise. Ninguém tem mais emprego de longo prazo garantido na sua atual empresa. O emprego será cada vez mais voltado para tarefas ou projetos de duração definida.

É uma mudança radical em relação ao fim dos anos 1960, quando os indivíduos eram enraizados em sólidas realidades institucionais nas suas corporações que, por sua vez, navegavam em mercados relativamente firmes. Na época dourada do capitalismo de pós-guerra, quando matérias-primas entravam por uma ponta e automóveis saíam prontos por outra, vigorava uma certa “ética social” que domava a luta de classes e que – mais na Europa, mas também nos EUA – garantia benefícios como educação, saúde e pensões por aposentadoria, considerados então direitos universais. A partir dos anos 1980, com a globalização dos mercados, as corporações e seus investidores ficaram mais preocupados com os lucros a curto prazo e os empregos começaram a cruzar rapidamente as fronteiras. E com os avanços da tecnologia de informação, tornou-se mais barato investir em máquinas do que pagar pessoas para trabalhar. Richard Sennett, da *London School of Economics*, entrevistou naquela época operários da classe média que se encontravam no epicentro das indústrias de alta tecnologia, dos serviços financeiros e dos meios de comunicação. Grande número deles considerava que suas vidas estavam agora em risco permanente. O novo capital é impaciente. Para esses investidores o que interessa é a capacidade das empresas de serem flexíveis, com a seqüência de produção podendo ser alterada à vontade e

terceirizando tudo sempre que possível. A tendência para o futuro dos empregos são contratos de até seis meses, freqüentemente renovados. A conseqüência já se faz sentir. O trabalho temporário é o setor de mais rápido crescimento da força de trabalho nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha; e já representa 25% da mão-de-obra empregada nos EUA. A desigualdade no interior das empresas aumenta; as remunerações são muito altas para os altos executivos bem sucedidos e muito baixas para os trabalhadores. O dia de trabalho prolonga-se pelos períodos de descanso, a pressão torna-se mais depressiva que estimulante. Em suas pesquisas de campo, Sennett constatou que nessa situação, onde a lealdade com a instituição não pode ser construída, gera-se maior propensão para o alcoolismo, o divórcio e os problemas de saúde. No nível mais baixo dos empregos flexíveis, impera os chamados Mc-empregos (fritar hambúrgueres), os postos de atendentes de *telemarketing* e os motoboys. Essas ocupações podem parecer um fator positivo de acesso para jovens sem habilitação. Mas logo transformam-se num beco sem saída. Na verdade, muitos empregos braçais na área de serviços deixaram de ser atraentes para os jovens e são executados por absoluta falta de alternativa. Nos países desenvolvidos, eles em geral são entregues para imigrantes, que dão maior valor ao dinheiro momentâneo que à estabilidade e qualidade do trabalho.

A gratificação postergada em nome de objetivos pessoais de longo prazo sempre foi a mola propulsora da “ética protestante do capitalismo” de Weber e o segredo de sua “jaula de ferro”. O novo paradigma zomba da gratificação postergada. A erosão da ética protestante não se dá, ao contrário do que pensa Samuel Huntington, pela contaminação de raças latino-americanas “inferiores”, mas pela própria lógica do sistema que destrói lealdades. A geração anterior pensava em termos de ganhos estratégicos de longo prazo, ao passo que para a atual só sobram pequenas realizações imediatas. As pessoas pertencentes à classe média e alta ainda podem se dar ao luxo de correr esses riscos e viver essas tensões à espera de uma boa oportunidade. Mas os jovens de classe baixa são muito mais dependentes das relações estáveis por terem uma rede de proteção frágil e poucos contatos e conexões importantes.

Um dos paradoxos contemporâneos é que muitos dos que enfrentam o desemprego ou o subemprego receberam uma sólida educação; mas a máquina substituiu o homem ou o trabalho migrou para lugares onde se aceita trabalhar a preços vis. Na área de serviços, a automação transformou em realidade a melhor ficção científica. No Brasil, o moderníssimo e altamente rentável setor bancário ampliou-se largamente nos últimos 20 anos e, apesar disso, reduziu pela metade seus postos de trabalho. Na indústria pesada dos EUA - entre 1982 e 2002 - a produção de aço aumentou de 75

para 102 milhões de toneladas, embora o número de operários metalúrgicos caísse de 290.000 para 74.000. O grosso desses empregos não saiu do país, foi substituído por máquinas sofisticadas. Os que mais sofrem são os jovens que precisam entrar, e os “velhos” que lutam por permanecer no mercado. Agora os dispositivos inteligentes de ativação de voz também ameaçam a recentíssima fronteira de empregos – ainda que de má qualidade - dos serviços de *telemarketing*; e os leitores de códigos de barra estão liquidando muitas funções em lojas e supermercados. Mas, em geral, as novas oportunidades não cobrem as crescentes perdas. Sennett entrevistou nos anos 1990 jovens e talentosos profissionais de publicidade na Europa. Eles tinham a sensação de estarem “dobrando o cabo” aos trinta anos de idade e de ficarem “fora do jogo” aos quarenta. No atual padrão tecnológico, os especialistas em computação e os médicos precisam reaprender suas técnicas no mínimo três vezes em sua vida profissional. E isso vai piorar. A extinção de capacitações é uma característica permanente do avanço tecnológico. A automação pouco precisa da experiência. Enfim, as forças do mercado fazem com que seja mais barato comprar novas capacitações do que pagar pelo re-treinamento. Essa é uma das evidentes contradições do “progresso” no mundo globalizado. A nova medicina permite-nos viver e trabalhar por mais tempo, mas a extinção de capacitações se acelera e ninguém quer mais saber de “velhos”. Vivemos mais tempo, mas para quê? Os Estados nacionais, por sua vez, pouco conseguem influir na geração de empregos formais; aprenderam a atender razoavelmente os que estão no desemprego absoluto, mas não sabem como lidar com o subemprego.

Como conseqüência desses fatos, o *ressentimento* que os trabalhadores cultivavam, por conta das tensões do sistema econômico, nos anos do “capitalismo social” persiste hoje ainda mais forte, agora por razões diferentes: eles se sentem muito desprotegidos diante de Estados frágeis e ineptos; as empresas, cada vez mais pragmáticas, minimizam de toda forma a importância do trabalho; e os sindicatos transformaram-se em burocracias inúteis diante da dura realidade do emprego informal e flexível. Para alguns cientistas sociais, esse *ressentimento* pode explicar o fato de tantos trabalhadores que se posicionavam na centro-esquerda terem passado para a extrema-direita, transformando tensões materiais em símbolos culturais. Diante desse quadro com traços perversos, o lúcido Sennett, nos primeiros anos deste século, enxergava apenas três frágeis iniciativas “inovadoras” para lidar com esse grave problema. Uma delas era fazer com que os sindicatos funcionassem como uma espécie de agência de empregos, e “comprassem” quotas de planos de aposentadoria complementar e assistência médica para “sortear” entre seus membros, oferecendo com isso um mínimo senso de solidariedade e comunidade, tão escasso no mercado

de trabalho. Outra era sugerir às pessoas que tivessem – se possível - sempre mais de um trabalho parcial para estarem mais preparadas quando da inevitável perda de um deles, preservando a auto-estima. Finalmente, ele antevia um Estado limitado à “bolsas famílias” e programas de “renda mínima” para minorar o sofrimento mais radical. A América Latina é um bom exemplo da lucidez dessas visões. Várias dessas iniciativas já fazem sucesso por aqui, em especial no Brasil. É evidente que, nos últimos anos, os programas assistenciais de caráter supletivo tornaram-se mais amplos, possibilitados pelos excessos de arrecadação por conta do *boom* exportador de produtos básicos. Isso dá uma trégua temporária às novas elites dirigentes de origem popular da região. Mas se as ilusões sobre profundas modificações estruturais nas economias desses países se forem – como começa a acontecer na Bolívia - o que poderá ocorrer, especialmente se uma eventual recessão, ainda que moderada, aparecer no cenário internacional? ☒

Referências Bibliográficas

- Banco Mundial: *World Development Report 2004: Making Services Work For Poor People*. In: <<http://econ.worldbank.org/wdr/wdr2004/text-18786/>>. Acessado em 17/05/2004.
- Dupas, Gilberto: *O Mito do Progresso*. São Paulo: UNESP, 2006.
- Dupas, Gilberto: *Atores e Poderes na Nova Ordem Global*. São Paulo: UNESP, 2005.
- Friedman, Milton: “A Moeda, a Economia e as Idéias de Friedman”. *Valor Econômico*, São Paulo, 22 de julho de 2005. (Entrevista).
- Gorz, André: *O Imaterial: Conhecimento, Valor e Capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- Huntington, Samuel: *Who are We? Cultural Core of American National Identity*. Simon & Schuster, 2004.
- Piertese, Jan Nederveen. *Globalization or Empire?* Nova York: Routledge, 2004.
- Schumpeter, Joseph. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- Sennett, Richard. *A Corrosão do Caráter: Conseqüências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Este artículo es la versión original en portugués de «Pobreza, desigualdad y trabajo en el capitalismo global», incluido en NUEVA SOCIEDAD N° 215, mayo-junio de 2008, ISSN 0251-3552, <www.nuso.org>.